

Dízimos e Ofertas na Graça

Gratidão, Liberdade e Transparência

Autor: Pr. Pedro Noia (ComBC – Comunidade Batista Cristã)

Introdução

A prática de contribuir financeiramente com a obra de Deus atravessa a história bíblica, assumindo formas distintas conforme a etapa do plano redentivo. Na Antiga Aliança, o dízimo aparece contextualizado a um arranjo cultural-levítico (sacerdócio, Templo, calendário festivo). Na Nova Aliança, a igreja, como corpo de Cristo, vive a contribuição como culto espiritual, orientada por princípios de proporcionalidade, alegria e liberdade responsável. Este ensaio sustenta que:

- O “10%” pode servir como referência de sabedoria e disciplina, mas não como tarifa universal e obrigatória para a igreja.
- Dízimo e oferta, sob a graça, são expressões de gratidão, mordomia e missão, não instrumentos de coerção, cobrança ou monitoramento.
- A integridade pastoral exige transparência e respeito absoluto à consciência do crente (2Co 9:7; 1Co 16:2).

1. Em que nos Fundamos para essa Prática?

1.1 Descrição e prescrição

- Narrativas do AT (e parte de Atos) descrevem práticas situadas em contextos específicos; as epístolas, por sua vez, oferecem prescrições normativas para a vida da igreja.
- Critério: elementos fundacionais e singulares (sacerdócio levítico, dízimos para manutenção do Templo) não se convertem automaticamente em obrigações perpétuas sob a Nova Aliança.

1.2 Teologia bíblica da Aliança

- O sistema levítico cumpria função pedagógica e cultural. Em Cristo, há mudança de sacerdócio e, portanto, mudança da ordem (Hb 7). A igreja torna-se “casa espiritual” (1Pe 2:5), e o eixo do culto desloca-se do Templo para Cristo e sua comunidade.

1.3 Lei, graça e obediência

- A graça não relativiza a obediência; ela a ressignifica (Rm 1:5; Gl 5). Contribuir não é pagar “taxa religiosa”, mas oferecer culto de gratidão (Fp 4:18).

1.4 Sabedoria, proporcionalidade e justiça

O NT orienta a contribuição planejada e proporcional (1Co 16:1–2) e insiste na voluntariedade alegre (2Co 9:7). A generosidade neotestamentária é comunitária, justa e misericordiosa (At 2; 4; Gl 2:10).

2. Quais os Textos Chaves?

2.1 Malaquias 3:8–10

- Contexto: manutenção do Templo e sustento dos levitas no pós-exílio. O chamado à fidelidade financeira mantém o culto em funcionamento.
- Na Nova Aliança: o princípio de mordomia e fidelidade permanece; o mecanismo (vinculado ao sistema levítico) é transfigurado em Cristo (Hb 7–10). Aplicações hoje devem evitar legalismo e barganhas religiosas.

2.2 Mateus 23:23

- Jesus denuncia a hipocrisia que cumpre minúcias do dízimo e negligencia justiça, misericórdia e fé. O foco é ético-espiritual, não a imposição de uma tarifa universal para a igreja pós-cruz.

2.3 Hebreus 7

- Cristo, sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, inaugura mudança de ordem cultual. Implicação: a manutenção levítica por dízimos não se transfere automaticamente como lei à igreja; o culto agora é cristocêntrico e pneumatocêntrico.

2.4 1 Coríntios 16:1–2

- Paulo orienta a separação prévia “conforme a prosperidade”. Não fixa percentual; estabelece disciplina e equidade proporcional como princípio.

2.5 2 Coríntios 8–9

- Núcleo: cada um contribua “segundo propôs no coração”, “não por necessidade”; Deus ama a quem dá com alegria (2Co 9:7).
- A contribuição é “serviço sacerdotal” (cf. 9:12–15) e não coerção. O texto veda explicitamente a compulsão.

2.6 Atos 2:44–45; 4:32–35

- A generosidade da comunidade de Jerusalém brota da koinonia no Espírito. É partilha voluntária que atende necessidades reais, sem tarifação ritual.

3. Dízimo e oferta na Nova Aliança

3.1 O dízimo como sabedoria, não imposição

- Como disciplina, “10%” pode ser um marco pedagógico útil para ordenar a vida financeira diante de Deus.
- Erigir 10% como imposição normativa conflita com 2Co 9:7 e 1Co 16:2. O NT privilegia proporcionalidade, alegria e fé, não uma tarifa única.

3.2 A oferta como liberalidade

- Oferta é culto de gratidão (Fp 4:18). Pode ser inferior, igual ou superior a 10%, conforme consciência, contexto e prosperidade concedida por Deus.

3.3 Critérios normativos

- Voluntariedade e ausência de coerção (2Co 9:7).
- Planejamento e proporcionalidade (1Co 16:2).
- Misericórdia e justiça (Gl 2:10; Tg 1:27).
- Transparência e integridade financeira (2Co 8:20–21).

4. Implicações pastorais na prática

4.1 O que rejeitamos

- Qualquer tipo de cobrança pública, apelos constrangedores, promessas mercantilizadas (“troca”, “chave”, “barganha”).
- Qualquer monitoramento/controlado individual de doadores, em público ou nos bastidores.

4.2 O que praticamos

- Ensino consistente de mordomia, gratidão e liberdade responsável.
- Política clara: não cobramos, não acompanhamos doadores, não mantemos listas ou “rankings”.
- Prestação de contas periódica e acessível; dupla checagem, registros auditáveis.
- Canais discretos e seguros de contribuição; ênfase em missão, ensino e diaconia.

4.3 A analogia dos 10% (garçom) e o tempo da graça

- A analogia ilustra honra e gratidão, mas não cria tarifa. No tempo da graça, a régua é o coração diante de Deus, com responsabilidade e alegria. Haverá fases de menor ou maior possibilidade — a fidelidade alegre é o alvo.

5. Objeções e respostas

5.1 “Sem 10% fixo, a igreja enfraquece.”

- Falso dilema. O NT propõe maturidade: proporcionalidade (1Co 16:2), alegria (2Co 9:7), transparência e ensino contínuo. Comunidades bem formadas são estáveis e generosas.

5.2 “Malaquias 3 impõe 10% a todos os cristãos.”

- O texto regula a economia levítica do Templo. Em Cristo, o culto é transfigurado. O princípio de fidelidade permanece; o mecanismo de arrecadação muda (Hb 7–10).

5.3 “Jesus confirmou o dízimo em Mt 23:23.”

- Jesus fala a fariseus sob a Antiga Aliança, apontando para prioridades éticas; o Novo Testamento da igreja define parâmetros práticos na chave graça–proporcionalidade–alegria.

5.4 “Sem monitorar doadores, haverá infidelidade.”

- O NT regula pela consciência e pelo discipulado, não por vigilância. A resposta a desvios não é controle secreto, mas ensino, cuidado pastoral e prestação de contas honesta.

6. Diretrizes de nossa Igreja

1. Contribuição é adoração (Fp 4:18), não moeda de troca.
2. É voluntária, alegre e proporcional (2Co 9:7; 1Co 16:2).
3. O “10%” é referência de sabedoria, não imposição.
4. Não há cobrança nem monitoramento de doadores.
5. Priorizamos missão, ensino e diaconia, com transparência pública.
6. Discipulado financeiro: formação contínua em mordomia e generosidade.
7. Governança: dupla checagem, relatório periódico, linguagem pastoral (não comercial).

Conclusão

A Nova Aliança desloca a contribuição do eixo levítico para o eixo cristológico e comunitário: damos porque o evangelho nos formou em gratidão. Dízimos e ofertas permanecem como práticas legítimas — agora calibradas pela proporcionalidade, alegria e liberdade responsável, sem imposição, sem cobrança e sem monitoramento. A integridade pastoral se expressa em ensino sólido, respeito à consciência, prestação de contas e cuidado com os necessitados.

Referências bíblicas prioritárias

- 2Co 8–9 (economia da graça; voluntariedade; alegria)
- 1Co 16:1–2 (planejamento; proporcionalidade)
- At 2:44–45; 4:32–35 (koinonia; partilha)
- Fp 4:10–20 (oferta como culto)
- Hb 7 (mudança de ordem)
- Mt 23:23 (prioridades éticas do Reino)
- Ml 3:8–10 (fidelidade sob a Antiga Aliança, aplicado com sabedoria na Nova)

Bibliografia comentada (equilíbrio exegético e pastoral)

- Craig L. Blomberg, *Neither Poverty nor Riches* — teologia bíblica do dinheiro, prudência e generosidade.
- David W. Jones & Russell S. Woodbridge, *Health, Wealth & Happiness* — crítica às leituras mercantilizadas do dar.
- John Stott, *Christian Mission in the Modern World* — missão e generosidade em chave pastoral.
- Christopher J. H. Wright, *Old Testament Ethics for the People of God* — ética do AT (mordomia, justiça).
- Gordon D. Fee, *Paul's Letter to the Philippians* — Fp 4:10–20 e a oferta como “aroma suave”.